

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Pedagogias políticas e formação de mulheres conservadoras na esfera pública

Jamille Bezerra

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17438>

Submetido em: 2026-08-13

Postado em: 2026-09-08 (versão 2)

(AAAA-MM-DD)

Justificativa da versão: Na versão anterior faltou uma referência bibliográfica muito relevante, havendo a necessidade de ajuste.

PEDAGOGIAS POLÍTICAS E FORMAÇÃO DE MULHERES CONSERVADORAS NA ESFERA PÚBLICA

Jamille Narciso dos Reis Bezerra
<https://orcid.org/0000-0003-3002-7821>
<nrbjam@gmail.com>
PUC-Rio. Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO:

Este trabalho investiga como espaços religiosos e político-partidários conservadores têm atuado na formação de lideranças femininas voltadas à ocupação da esfera pública e da política institucional. A partir de uma etnografia multissituada realizada em eventos de capacitação, redes digitais, iniciativas partidárias e circuitos religiosos femininos, analiso como determinadas pedagogias políticas articulam gênero, moralidade, cuidado, estética e autoridade na produção de formas legítimas de atuação pública. O argumento central é que a presença política dessas mulheres não começa na candidatura ou no mandato. Ela é produzida previamente, em um ecossistema pedagógico-político híbrido que reúne formação sistemática, coordenação digital cotidiana e eventos presenciais ritualizados. O artigo toma como eixo etnográfico o acompanhamento, durante cinco meses, do grupo nacional de WhatsApp “Você, Eleita 10 – 2024”, vinculado ao movimento Mulheres Republicanas, e o coloca em relação com encontros de formação e com a inauguração da Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Os resultados indicam que esses espaços ensinam tanto conhecimentos técnicos sobre eleições e instituições quanto modos de falar, esperar, vestir-se, narrar dificuldades e compreender a política como vocação. Mais do que uma reação ao feminismo, observa-se a construção ativa de uma gramática própria de participação, sustentada por repertórios religiosos, afetivos, midiáticos e estéticos. A religião não aparece, portanto, como resíduo da modernidade, mas como dimensão constitutiva de processos contemporâneos de subjetivação, organização política e governo moral.

Palavras-chave: pedagogias políticas; mulheres evangélicas; conservadorismo religioso; esfera pública; etnografia digital.

POLITICAL PEDAGOGIES AND THE FORMATION OF CONSERVATIVE WOMEN IN THE PUBLIC SPHERE

ABSTRACT:

This study investigates how conservative religious and party-political spaces have contributed to the formation of women leaders seeking to occupy the public sphere and institutional politics. Drawing on a multi-sited ethnography conducted at training events, across digital networks, within party initiatives, and through women's religious circuits, I examine how particular political pedagogies articulate gender, morality, care, aesthetics, and authority in producing legitimate forms of public engagement. The central argument is that these women's political presence does not begin with candidacy or elected office. Rather, it is produced beforehand within a hybrid pedagogical-political ecosystem that brings together systematic training, everyday digital coordination, and ritualized in-person events. The article's ethnographic focus is the five-month observation of the nationwide WhatsApp group "Você, Eleita 10 – 2024" ("You, Elected 10 – 2024"), affiliated with the Mulheres Republicanas (Republican Women) movement, considered in relation to training meetings and the inauguration of the Special Office of the Women's Ombudsperson at the Legislative Assembly of the State of Rio de Janeiro. The findings indicate that these spaces teach not only technical knowledge about elections and political institutions but also ways of speaking, waiting, dressing, narrating hardships, and understanding politics as a vocation. Rather than merely reacting to feminism, these women are actively constructing their own grammar of political participation, grounded in religious, affective, media-based, and aesthetic repertoires. Religion therefore emerges not as a residue of modernity, but as a constitutive dimension of contemporary processes of subject formation, political organization, and moral governance.

Keywords: political pedagogies; evangelical women; religious conservatism; public sphere; digital ethnography..

INTRODUÇÃO: A POLÍTICA ANTES DA CANDIDATURA

“Estamos produzindo um exército de mulheres.” A frase foi ouvida em diferentes momentos do trabalho de campo realizado junto ao movimento Mulheres Republicanas. Circulava em encontros de formação, falas de lideranças nacionais e materiais institucionais voltados ao incentivo da participação feminina. À primeira vista, poderia ser compreendida como uma formulação motivacional ou uma metáfora eleitoral. Sua recorrência, contudo, indicava algo mais amplo: aquelas mulheres não estavam sendo apenas convocadas a disputar eleições; estavam sendo sistematicamente preparadas para reconhecer a política como espaço possível, aprender suas linguagens e apresentar-se como sujeitos aptos a ocupá-la.

Nos encontros presenciais, as participantes recebiam orientações sobre campanhas, elaboração de projetos, funcionamento do Legislativo, comunicação pública e produção de conteúdo digital. Esses conhecimentos técnicos conviviam com testemunhos religiosos, momentos de oração, narrativas de superação e recomendações sobre comportamento, aparência e responsabilidade moral. Em grupos de WhatsApp, vídeos, arquivos, modelos de campanha e orientações jurídicas circulavam ao lado de versículos bíblicos, mensagens de encorajamento e histórias de mulheres apresentadas como exemplos de perseverança. A política aparecia, assim, menos como um domínio externo à religião do que como possível prolongamento de trajetórias construídas em espaços de ensino, cuidado, aconselhamento e liderança comunitária.

Esse material exige um deslocamento em relação às abordagens que tomam a eleição, o mandato ou as agendas legislativas como ponto de partida. Estudos sobre o pentecostalismo brasileiro demonstraram a crescente presença pública das igrejas, de suas lideranças e de seus repertórios morais (FREESTON, 1993; MACHADO; BURITY, 2014; ALMEIDA, 2017, 2019). Pesquisas sobre gênero e religião, por sua vez, evidenciaram que as mulheres ocupam posições centrais na reprodução cotidiana das comunidades religiosas, nas redes de solidariedade, na educação religiosa e nas mediações entre família, igreja e território (MACHADO, 2005; TEIXEIRA; REIS, 2023). Apesar dessas contribuições, permanece necessário observar com maior atenção os processos cotidianos pelos quais algumas dessas mulheres passam a ser reconhecidas como autoridades políticas legítimas.

Em vez de perguntar somente o que mulheres conservadoras defendem quando alcançam a política institucional, este artigo pergunta: como elas aprendem a ocupar a esfera pública? Quais dispositivos transformam experiências religiosas e comunitárias em competências políticas reconhecíveis? Como

técnica eleitoral, moralidade, afeto, estética e disciplina se combinam na produção de sujeitos capazes de representar, mobilizar e governar?

O argumento desenvolvido é que essa formação ocorre em um ecossistema pedagógico-político híbrido. Cursos, encontros nacionais, grupos de WhatsApp, transmissões ao vivo, materiais didáticos, podcasts, mentorias e rituais institucionais não constituem iniciativas isoladas. Operam como partes articuladas de um processo contínuo: a formação sistemática ensina as linguagens do campo político; a comunicação digital distribui normas, modelos e afetos; os eventos presenciais produzem pertencimento e reconhecimento; e a ocupação ritualizada de instituições do Estado consagra determinadas performances como formas legítimas de autoridade feminina.

Não se trata de afirmar que todas as participantes percorrem o mesmo trajeto ou que as diferenças partidárias, denominacionais, raciais, regionais e de classe sejam anuladas. O que se identifica é a produção de um repertório compartilhado que estabelece modos autorizados de aparecer, falar e agir. A hipótese é que a autoridade política dessas mulheres não nasce na política institucional. Ela é produzida anteriormente, na articulação entre práticas de cuidado, pedagogias religiosas e políticas, regimes estéticos de respeitabilidade e formas relacionais de circulação da liderança.

Essa perspectiva também permite ultrapassar a alternativa estreita entre emancipação e submissão. A contribuição de Mahmood (2005; 2006) é decisiva porque recusa a identificação automática da agência com resistência a normas. Disposições éticas podem ser formadas pela incorporação, pela repetição e pelo aprendizado de práticas normativas. Levar a sério a atuação de mulheres religiosas conservadoras não significa aderir às suas agendas nem suspender a análise das relações de poder, mas reconhecer que suas ações são socialmente produtivas e não podem ser explicadas apenas como obediência passiva a lideranças masculinas.

O artigo está organizado em cinco movimentos. Primeiro, apresento o enquadramento teórico que relaciona religião pública, formação ética, mídia e autoridade. Em seguida, descrevo a construção metodológica do campo multissituado. A terceira seção analisa o grupo de WhatsApp “Você, Eleita 10 – 2024” como infraestrutura de formação e governança cotidiana. A quarta examina a articulação entre cuidado, vocação, corpo e respeitabilidade. Por fim, a inauguração da Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) permite observar como repertórios formados em circuitos religiosos e partidários são traduzidos em presença institucional.

1. RELIGIÃO, FORMAÇÃO ÉTICA E PRODUÇÃO DA AUTORIDADE PÚBLICA

As relações entre religião e vida pública constituem uma agenda clássica das ciências sociais. As transformações contemporâneas, contudo, enfraqueceram interpretações que previam a retirada progressiva da religião da esfera pública. Casanova (1994), Asad (2003) e Montero (2009, 2012, 2016), por caminhos distintos, demonstraram que o problema analítico não consiste em medir simplesmente a permanência ou o desaparecimento da religião, mas em compreender as condições pelas quais práticas, linguagens e agentes religiosos tornam-se públicos e participam da definição de controvérsias, direitos e formas de pertencimento.

No Brasil, a expansão pentecostal ultrapassa o crescimento numérico registrado pelos censos. Ela envolve redes comunitárias, circuitos educacionais, iniciativas assistenciais, meios próprios de comunicação e organizações civis capazes de produzir pertencimentos e repertórios de ação (MAFRA, 2001; CUNHA, 2017; BURITY, 2020). Angela Randolpho Paiva (2003), ao relacionar religião, cidadania e democracia, mostrou que comunidades religiosas podem funcionar como espaços de formação de sujeitos públicos e elaboração de projetos coletivos. Retomar essa contribuição no contexto atual implica perguntar não apenas como a religião participa da sociedade civil, mas como circuitos religiosos e partidários profissionalizados formam lideranças que transitam entre igrejas, plataformas, partidos e Estado.

O conceito de pedagogia política utilizado aqui não se restringe a cursos formalmente apresentados como formação eleitoral. Ele designa um conjunto de práticas pelas quais se ensinam conhecimentos, sensibilidades, disposições corporais, hierarquias e modos de interpretar a ação pública. A pedagogia encontra-se tanto na aula sobre legislação eleitoral quanto no controle dos momentos de fala; tanto no modelo de plano de governo quanto na recomendação estética; tanto na explicação sobre as instituições quanto no testemunho que transforma uma dificuldade em prova de vocação.

Essa concepção aproxima-se da análise de Mahmood (2005), para quem a formação do sujeito ético depende de práticas reiteradas que produzem capacidades e desejos. Agência, nessa perspectiva, não é uma propriedade anterior às relações de poder, mas uma capacidade constituída no interior de tradições normativas. No campo analisado, aprender política significa adquirir técnica e, simultaneamente, formar-se moralmente para ocupar uma posição. As participantes são ensinadas a perceber a atuação pública como serviço, missão, propósito e responsabilidade.

As plataformas digitais ampliam essa pedagogia e modificam sua temporalidade. O aprendizado deixa de ocorrer apenas em eventos excepcionais e passa a acompanhar o cotidiano por meio de mensagens, arquivos, vídeos e transmissões. Os meios não são simples canais neutros. Como sugere Meyer (2019), mediações materiais e sensoriais participam da produção da experiência religiosa. No mesmo sentido, estudos sobre mídia evangélica demonstram que práticas religiosas, sociabilidades e orientações políticas são continuamente refeitas por ecossistemas comunicacionais (CUNHA, 2017; MACHADO, 2020). No caso analisado, WhatsApp, Instagram e YouTube formam uma infraestrutura integrada de convocação, ensino e alinhamento. Como demonstra Mochel (2024) em sua etnografia de um ministério digital evangélico, as plataformas difundem conteúdos religiosos previamente constituídos: suas materialidades participam da conformação de vínculos, performances e formas de presença. No campo aqui analisado, essa perspectiva ajuda a compreender como a circulação digital produz continuidade entre formação religiosa, mobilização partidária e atuação pública.

A noção de rede, portanto, não designa somente um conjunto de pessoas conectadas. Em diálogo com Latour (2012), mensagens, links, PDFs, horários, alertas, modelos jurídicos e imagens participam da fabricação da ação. Esses elementos distribuem competências, reduzem improvisações, reiteram hierarquias e tornam replicáveis determinadas formas de campanha. A formação política deixa de depender exclusivamente da transmissão presencial ou do carisma individual e passa a ser sustentada por objetos e dispositivos que organizam o que pode circular, quem pode falar e como se deve agir.

Há ainda uma dimensão estética nesse processo. Corpos, imagens e roupas não representam exteriormente uma autoridade já constituída; participam de sua produção. A discussão de Gell (2018) sobre agência estética permite compreender objetos e imagens pelos efeitos que produzem nas relações sociais. Tarlo (2010), ao examinar moda, fé e política, mostra que o vestir religioso não se reduz a submissão nem a livre escolha individual. No campo desta pesquisa, blazers estruturados, vestidos de comprimento médio, maquiagem discreta, cabelos cuidadosamente tratados, postura corporal e modulação da voz compõem uma gramática de respeitabilidade.

O conceito de política da respeitabilidade, desenvolvido por Higginbotham (1993), contribui para perceber como disciplina moral, autocontrole e apresentação pública podem operar como estratégias de reconhecimento. Não se trata de transpor diretamente a experiência histórica das mulheres batistas negras norte-americanas para o Brasil contemporâneo, mas de observar como a respeitabilidade também constitui um regime político: ela torna alguns corpos legíveis como confiáveis, competentes

e autorizados. Entre as mulheres acompanhadas, a aparência preserva marcadores de feminilidade e, ao mesmo tempo, comunica domínio das regras institucionais.

Religião, mídia e estética constituem, assim, dimensões inseparáveis da formação. A autoridade circula por corpos, nomes, falas, testemunhos, arquivos e imagens. Ela é relacional e distribuída, em aproximação com Gell (2018)) e com a apropriação antropológica da noção de pessoa distribuída. Uma liderança como Damara Alves atua para além de sua presença física: sua biografia, seus vídeos, frases e testemunhos são reiterados por outras mulheres e mobilizados para orientar decisões. A autoridade não reside apenas na pessoa individual, mas nos efeitos produzidos pelas relações e artefatos que prolongam sua presença.

2. UMA ETNOGRAFIA, ENTRE EVENTOS, INSTITUIÇÕES E PLATAFORMAS

O trabalho resulta de uma etnografia multissituada desenvolvida entre espaços religiosos, partidários, institucionais e digitais. A escolha metodológica responde à própria configuração do objeto. As práticas acompanhadas não se concentram em uma única igreja, organização ou localidade; circulam por conferências religiosas, encontros de formação, grupos de WhatsApp, perfis no Instagram, transmissões no YouTube, atividades legislativas e eventos nacionais. Seguir essas conexões permitiu observar como conteúdos, pessoas e modelos de participação se deslocam entre diferentes escalas (MARCUS, 1995). Ao mesmo tempo, o diálogo com Mochel (2023) permite compreender que, em universos evangélicos, o digital constitui outro “lugar” de pesquisa, elaborando uma dimensão material e relacional por meio da qual presenças, vínculos e autoridades religiosas são produzidos.

A observação participante constituiu o eixo central da pesquisa. Ela incluiu presença em encontros políticos e religiosos, acompanhamento cotidiano de plataformas, registro de falas públicas, conversas com participantes e análise de materiais de circulação pública. O campo digital não foi tratado como domínio separado ou menos real, mas como extensão das relações presenciais. As mesmas lideranças apareciam em palcos, vídeos, grupos, podcasts e materiais de capacitação; as convocações digitais organizavam presenças físicas; e os eventos produziam imagens destinadas a continuar circulando após seu encerramento.

O eixo principal deste artigo é o acompanhamento, durante cinco meses, entre junho e outubro de 2024, do grupo nacional de WhatsApp “Você, Eleita 10 – 2024”, vinculado às Mulheres Republicanas. O grupo reunia mais de quinhentas mulheres, inicialmente pré-candidatas e posteriormente candidatas

oficializadas. Era administrado por uma equipe formada, em grande medida, por advogadas e especialistas em marketing e comunicação política. A inserção nesse ambiente permitiu acompanhar regras, oficinas, materiais, dúvidas, conflitos e momentos de abertura afetiva que dificilmente apareceriam apenas em documentos institucionais.

O material do WhatsApp é colocado em relação com eventos de formação das Mulheres Republicanas e com a inauguração, em março de 2025, da sala da Procuradoria Especial da Mulher da Alerj, no Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro. Essa articulação não pretende sugerir uma sequência obrigatória entre grupo digital, evento e cargo público. Trata-se de acompanhar três escalas de uma mesma arquitetura: a aprendizagem cotidiana, a produção corporal e coletiva da autoridade e sua encenação institucional.

A posição da pesquisadora também integra a análise. Mulher pentecostal, filha de pastor e pesquisadora das relações entre religião, gênero e política, transito por códigos religiosos que não me são exteriores. Ao mesmo tempo, minha trajetória inclui experiências anteriores em movimentos de enfrentamento às violências de gênero. Essa posição não dissolve as diferenças políticas existentes no campo; permite reconhecer vocabulários, afetos e formas de presença, ao mesmo tempo que exige reflexividade diante de aproximações e distanciamentos.

O objetivo não é avaliar moralmente as interlocutoras nem adotar suas categorias como explicações suficientes. Também não se pretende neutralizar as disputas de direitos nas quais estão inseridas. A opção etnográfica consiste em descrever como suas práticas se tornam eficazes, quais relações sustentam sua legitimidade e que dispositivos transformam convicções morais em capacidades públicas. Nomes de lideranças e eventos públicos são preservados quando integram registros institucionais; interações ordinárias de participantes do grupo são tratadas sem identificação individual.

3. O WHATSAPP COMO INFRAESTRUTURA DO GOVERNO

O grupo “Você, Eleita 10 – 2024” ofereceu acesso privilegiado às engrenagens cotidianas da formação eleitoral. Convocações, vídeos explicativos e anúncios de oficinas circulavam de maneira integrada entre WhatsApp, Instagram e YouTube. Mais do que divulgar atividades, essa infraestrutura organizava uma temporalidade contínua de aprendizagem: o evento ao vivo era anunciado no grupo; o material didático retornava em PDF; dúvidas eram reunidas em horários específicos; orientações posteriores atualizavam o conteúdo conforme regras eleitorais e necessidades das candidaturas.

Com mais de quinhentas participantes, o grupo permanecia fechado para mensagens durante grande parte do tempo. As moderadoras definiam temas, horários e formas legítimas de interação. Em janelas previamente anunciadas, geralmente das 18h às 21h em determinados períodos, as candidatas podiam enviar dúvidas, solicitar orientação às especialistas e compartilhar questões relacionadas às oficinas. Ao fim do horário, uma mensagem padronizada encerrava a interação e orientava as participantes a aguardar as respostas da equipe.

Divulgar a própria campanha, vender produtos, iniciar conversas individuais ou publicar conteúdos fora do escopo eram práticas proibidas. Alertas com emojis, palavras em caixa alta e trechos em negrito reforçavam os limites. Em alguns momentos, a moderação advertia que o grupo poderia ser fechado antecipadamente caso as regras não fossem respeitadas. Mobilização, portanto, não significava horizontalidade. Aprender a fazer política envolvia aprender a escutar, aguardar, reconhecer especialistas e modular a própria fala.

As oficinas “Você, Eleita 10! Formando Mulheres para o Futuro” foram organizadas em etapas. Abordavam regras do jogo eleitoral, elaboração de planos de governo e comunicação e mobilização política. As transmissões eram gratuitas e realizadas pelo YouTube, com interação pelo chat. Depois, materiais didáticos eram disponibilizados no WhatsApp. Circulavam modelos de plano de governo e mandato, orientações jurídicas atualizadas conforme o Tribunal Superior Eleitoral, recomendações para produção de conteúdo, contratação de equipe e emprego de ferramentas de inteligência artificial na criação de narrativas visuais.

Nesse arranjo, o WhatsApp operava menos como fórum de debate e mais como infraestrutura de formação. Distribuíam normas, técnicas, advertências e modelos legítimos de atuação. Packs de figurinhas, layouts, vídeos de lideranças e modelos documentais padronizavam campanhas e reduziam a necessidade de improvisação. Mulheres com diferentes recursos e experiências recebiam um repertório comum, capaz de produzir unidade visual e discursiva sem eliminar inteiramente suas trajetórias locais.

O caráter pedagógico não estava apenas no conteúdo. A própria arquitetura do grupo ensinava uma relação com a autoridade. Havia especialistas autorizadas a falar, participantes que deveriam esperar, temas permitidos e horários de abertura. A disciplina digital antecipava disposições valorizadas no campo institucional: observância de protocolos, domínio do tempo, reconhecimento de hierarquias técnicas e capacidade de ajustar a fala ao ambiente.

Uma situação observada tornou particularmente visível a articulação entre disciplina, fé e afeto. Uma candidata manifestou a intenção de desistir da campanha. O grupo, até então rigidamente controlado, converteu-se momentaneamente em uma rede de acolhimento. Passaram a circular versículos bíblicos, testemunhos pessoais, histórias de superação e mensagens de encorajamento. O registro técnico deu lugar a uma linguagem moral e emocional, sem que a finalidade política desaparecesse.

A trajetória de Damares Alves foi acionada como exemplo. Relatos sobre perseguições, caricaturas públicas e persistência funcionaram como uma tecnologia de mobilização. Sua história não aparecia apenas como biografia individual, mas como modelo interpretativo: dificuldades poderiam ser lidas como provações; a escassez de recursos, como oportunidade de testemunho; e a permanência na disputa, como confirmação de propósito. Após a intervenção coletiva, a candidata reformulou sua decisão e atribuiu à rede a continuidade da campanha.

A cena revela que técnica e afeto não constituem polos opostos. A suspensão momentânea do controle ordinário aprofundou a ação pedagógica ao reinscrever a candidatura como vocação compartilhada. O grupo ensinou como persistir, como narrar adversidades e como transformar uma decisão eleitoral em compromisso moral. A autoridade de Damares operou de forma distribuída: mesmo sem sua presença direta naquela interação, sua trajetória circulou por outras vozes e produziu efeitos sobre uma decisão concreta.

Essa dinâmica permite compreender o grupo como tecnologia de governança cotidiana. Governar não significa apenas emitir comandos. O governo se exerce pela organização do tempo, pela circulação de exemplos, pela classificação dos comportamentos e pela formação de capacidades. Mensagens, PDFs, links, normas eleitorais, horários e testemunhos participam conjuntamente da ação. A plataforma forma candidatas ao distribuir competências e, simultaneamente, produzir permanência, lealdade e sentido.

O caso também impede separar de maneira rígida profissionalização política e conservadorismo religioso. Advogadas, profissionais de marketing, técnicas eleitorais e ferramentas digitais coexistem com oração, testemunho e linguagem de missão. Não há mera substituição da religião por uma racionalidade técnica à medida que as mulheres se aproximam do Estado. O que se observa é uma composição: a técnica torna a atuação viável; a religião lhe atribui sentido; a rede distribui ambas.

4. DO CUIDADO À VOCAÇÃO PÚBLICA

Os processos formativos acompanhados não começam necessariamente nas organizações partidárias. Muitas participantes já haviam aprendido a ensinar, aconselhar, organizar encontros, conduzir grupos e falar diante de coletividades em suas igrejas e comunidades. Essas experiências constituem competências que podem ser traduzidas para a vida pública. Antes de se apresentarem como candidatas, algumas já eram reconhecidas como cuidadoras, educadoras, missionárias ou referências locais.

Proponho denominar circuito do cuidado o processo pelo qual práticas ordinárias de acolhimento, aconselhamento e responsabilidade comunitária produzem reputação moral; essa reputação autoriza a fala e o ensino; a capacidade pedagógica amplia redes de reconhecimento; e essas redes podem sustentar a apresentação da política como vocação. O circuito descreve conversões possíveis entre formas de autoridade que a análise institucional costuma manter separadas.

O cuidado organiza relações, estabelece responsabilidades e legitima intervenções sobre a vida de outras pessoas. Quando traduzido em linguagem pública, aparece em agendas de proteção às mulheres, infância, família, educação, saúde e enfrentamento da violência. A experiência de cuidar passa a ser apresentada como conhecimento sobre problemas sociais e credencial para administrar políticas.

Essa passagem aproxima-se historicamente de formas maternalistas de participação pública, nas quais a maternidade e o cuidado fundamentaram reivindicações de autoridade para mulheres (KOVEN; MICHEL, 1993). No contexto observado, contudo, o maternalismo adquire uma gramática pentecostal. Maternidade, serviço, vocação e propósito são articulados a técnicas contemporâneas de comunicação e gestão. A atuação política é narrada como extensão de uma responsabilidade previamente reconhecida.

Essa gramática não dissolve relações patriarcais nem garante resultados emancipatórios segundo parâmetros feministas. Seu efeito analítico mais relevante é mostrar que a entrada na vida pública pode ocorrer por meio da continuidade e da reformulação de valores religiosos, e não apenas de rupturas. Conforme Mahmood (2005), a capacidade de agir pode ser produzida no interior de normas que a teoria feminista liberal tenderia a identificar somente como limitações. No campo, feminilidade, maternidade e submissão religiosa não aparecem exclusivamente como obstáculos; podem funcionar como recursos para a produção de uma forma específica de autoridade.

A formação dessa autoridade também ocorre no corpo. Nos encontros e materiais analisados, blazers, vestidos de comprimento médio, cores sóbrias, maquiagem discreta e cabelos cuidadosamente modelados compunham uma estética recorrente. Uma feminilidade era preservada e administrada de modo a comunicar disciplina, competência, moderação e respeito às instituições.

O corpo funciona, nesse sentido, como mídia. Ele torna visíveis disposições morais e conhecimentos tácitos sobre o ambiente político. Vestir-se, controlar a voz, organizar a postura e produzir imagens adequadas integram o aprendizado. A aparência não é um suplemento superficial de uma política elaborada em outro lugar; participa da legitimação. A respeitabilidade oferece uma solução estética para uma tensão: ocupar posições historicamente masculinas sem ser percebida como abandono das expectativas de feminilidade que sustentam o reconhecimento no interior dos circuitos conservadores.

Essa produção não resulta de uma norma totalmente uniforme. Idade, raça, classe, região, denominação e trajetória profissional interferem nos modos de compor a aparência. Ainda assim, a repetição de certos elementos produz uma pedagogia visual. Fotografias de eventos, cards e vídeos ensinam pela exposição reiterada de modelos. As participantes aprendem não apenas ouvindo recomendações, mas vendo como lideranças reconhecidas ocupam palcos, mesas, púlpitos e plenários.

5. RITUAL, ESTÉTICA E CONSAGRAÇÃO INSTITUCIONAL

Em março de 2025, acompanhei a inauguração da sala da Procuradoria Especial da Mulher da Alerj, no Palácio Tiradentes, no centro do Rio de Janeiro. O evento permite observar outra escala do processo formativo: aquela em que repertórios de cuidado, competência e respeitabilidade são encenados no interior de uma instituição estatal.

O acesso ao evento não ocorreu por ampla divulgação pública, mas por uma informação recebida durante o campo. Ao chegar ao Palácio Tiradentes, passei por seguranças e por uma recepção encarregada de registrar autoridades e convidados. No salão de espera, circulavam vereadoras, prefeitas, deputadas, assessores, secretárias e gestores. Profissionais da comunicação da Alerj produziam fotografias, vídeos e breves entrevistas, transformando a cerimônia em material potencialmente circulável.

A Procuradoria foi apresentada como equipamento de acolhimento, orientação, fiscalização e encaminhamento de casos de violência política, doméstica e psicológica, além de espaço de

capacitação. A primeira procuradora era a deputada estadual Tia Ju, do Republicanos; as procuradoras adjuntas eram Célia Jordão, do PL, e Martha Rocha, então vinculada ao PDT. A composição suprapartidária não eliminava diferenças, mas organizava a “causa da mulher” como terreno institucional compartilhado.

A cerimônia seguiu protocolos formais: apresentação de autoridades, pronunciamentos, desate de faixa, visita às instalações e confraternização. O espaço físico, as placas, os equipamentos, os discursos técnicos e a presença de profissionais especializadas materializavam a passagem do compromisso moral à administração pública. Cuidado e proteção eram traduzidos em atendimento, registro, fiscalização, rede institucional e política pública.

As conversas realizadas durante o evento evidenciaram um repertório comum. Parlamentares e gestoras falaram sobre violência política, creches, redes de apoio, desigualdade na representação, prevenção do feminicídio e dificuldades enfrentadas por mulheres dentro das instituições. Experiências pessoais eram apresentadas ao lado de dados, propostas e vocabulários administrativos. A autoridade derivada da experiência de gênero era combinada com a afirmação de competência técnica.

As imagens do evento não funcionam apenas como registros. Diante da placa institucional, corpos eretos, roupas formais e gestos controlados faziam aparecer o Estado como espaço de ordem, cuidado e racionalidade administrativa. A elegância operava como tecnologia política: comunicava domínio das regras e aptidão para ocupar autoridade sem romper com marcadores de feminilidade.

A presença de Renata Souza, deputada do PSOL e presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, tornou perceptível que os direitos das mulheres são disputados por gramáticas políticas e estéticas distintas. O caráter suprapartidário da cerimônia não apagava conflitos em torno do conteúdo desses direitos, mas mostrava que proteção, violência e representação constituem linguagens capazes de produzir aproximações institucionais provisórias. O conservadorismo observado não se mantém apenas fora do Estado, mobilizando oposição; ele aprende a habitar procedimentos, equipamentos e políticas públicas.

Essa cena completa, sem encerrar, o circuito analisado. No WhatsApp, aprende-se a obedecer a protocolos, reconhecer especialistas e traduzir experiências em narrativas eleitorais. Nos eventos, ensaiam-se modos de falar, vestir e aparecer. Na instituição, essas disposições são reconhecidas como sinais de maturidade e competência. A sala inaugurada materializa uma promessa de governo: aquilo

que nos circuitos religiosos era cuidado e aconselhamento torna-se atendimento, encaminhamento, política e gestão.

O processo não deve ser interpretado como simples instrumentalização da fé pela política. Tampouco significa que instituições religiosas e partidárias sejam indiferenciadas. O que se observa é uma tradução contínua entre linguagens. Repertórios religiosos oferecem categorias de missão, serviço e propósito; organizações partidárias fornecem técnicas, recursos e posições; as plataformas asseguram capilaridade; e o Estado confere reconhecimento institucional.

6. FORMAR, MOBILIZAR E GOVERNAR

A presença de mulheres cristãs conservadoras na esfera pública brasileira vai para além de explicações reducionistas que se baseiam na influência de lideranças masculinas, na reação às pautas progressistas ou em estratégias eleitorais de curto prazo. Esses elementos participam do fenômeno, mas não dão conta dos processos cotidianos de formação que antecedem a candidatura e sustentam a permanência na vida pública.

A etnografia evidenciou um ecossistema pedagógico-político híbrido no qual cursos, grupos digitais, eventos e instituições operam de modo articulado. Esse ecossistema ensina conhecimentos técnicos, mas também produz disposições morais, corporais e afetivas. Aprende-se a elaborar planos, observar regras e comunicar propostas; aprende-se igualmente a esperar, reconhecer hierarquias, persistir, transformar adversidades em testemunho e apresentar a política como vocação.

O grupo “Você, Eleita 10 – 2024” tornou visível essa combinação. Sua moderação rigorosa mostrou que a formação política é também disciplina da participação. A cena da candidata que cogitou desistir revelou que essa disciplina não prescinde do afeto. Ao mobilizar versículos, testemunhos e a trajetória distribuída de Damares Alves, a rede produziu permanência e reinscreveu uma decisão eleitoral em uma narrativa moral compartilhada.

O cuidado constitui outra dimensão central. Experiências acumuladas em igrejas, famílias e comunidades podem ser convertidas em reputação, capacidade pedagógica e autoridade pública. Essa conversão sustenta um maternalismo pentecostal no qual maternidade, proteção e serviço não permanecem restritos ao espaço privado: são traduzidos em projetos, políticas e tecnologias de governo. A atuação pública é apresentada como uma ampliação da feminilidade religiosa, jamais como uma ruptura.

Corpos e imagens participam ativamente desse processo. A respeitabilidade, a elegância controlada e a preservação de marcadores de feminilidade tornam certas mulheres reconhecíveis como autoridades confiáveis. A estética se reposiciona na política, e assim, ajuda a produzi-la. Na inauguração da Procuradoria Especial da Mulher, vestir, falar, ocupar e governar apareceram como dimensões integradas de uma mesma racionalidade institucional.

Esses achados contribuem para os debates sobre religião, política e cultura no Sul Global ao mostrar que a religião não constitui um resíduo destinado a desaparecer com a modernização. Ela participa da formação de subjetividades, da profissionalização de organizações políticas, da circulação de afetos e da elaboração de linguagens de governo. Conservadorismo religioso e neoliberalismo não operam apenas por discursos abstratos ou grandes lideranças; dependem de infraestruturas capilares que distribuem responsabilidades, técnicas e modelos de pessoa.

Reconhecer a agência dessas mulheres não implica celebrar seus projetos ou ignorar os efeitos de suas agendas sobre direitos sexuais, reprodutivos e minorias. Implica produzir uma crítica capaz de compreender sua eficácia social. Interpretá-las apenas como manipuladas ou passivas impede perceber o trabalho sistemático por meio do qual constroem autoridade, pertencimento e capacidade de intervenção.

Mais do que uma reação ao feminismo, o campo revela a elaboração ativa de uma gramática própria de participação feminina. Essa gramática incorpora demandas contemporâneas por representação e enfrentamento da violência, mas as reorganiza por meio das categorias de cuidado, família, proteção, propósito e ordem. Sua força reside precisamente na capacidade de articular repertórios religiosos já enraizados, técnicas profissionais de campanha, estéticas midiáticas e instituições democráticas.

Observar essas pedagogias significa olhar para a política antes da política: para os espaços onde se aprende a aconselhar, ensinar, organizar, representar e mobilizar. É nesse cotidiano que certas mulheres se tornam progressivamente reconhecidas como aptas a ocupar o Estado. Antes de governar instituições, formam-se em redes que já ensinam modos de conduzir a si mesmas e às outras. Formar, mobilizar e governar são, portanto, dimensões de um mesmo processo de produção da autoridade pública feminina conservadora.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo. A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo. *Cadernos Pagu*, n. 50, 2017.

ALMEIDA, Ronaldo. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 38, n. 1, 2019.

ASAD, Talal. *Formations of the Secular: Christianity, Islam, Modernity*. Stanford: Stanford University Press, 2003.

BEZERRA, Jamille. ENGAJAMENTO SITUADO NA POLÍTICA CONSERVADORA: DAMARES ALVES, MICHELLE BOLSONARO E A FORMAÇÃO DE MULHERES NA ESFERA PÚBLICA. *Revista Intratextos*, 16(2), 65–80. 2026

BURITY, Joanildo A. Religião, política e cultura. *Tempo Social*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 83-113, 2008.

BURITY, Joanildo A. Itinerário histórico-político dos evangélicos no Brasil. In: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (org.). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 195-215.

CASANOVA, José. *Public Religions in the Modern World*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

CUNHA, Magali do Nascimento. *Do púlpito às mídias sociais: evangélicos na política e no ativismo digital*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment*. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

GELL, Alfred. *Arte e agência: uma teoria antropológica*. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

HIGGINBOTHAM, Evelyn Brooks. *Righteous Discontent: The Women's Movement in the Black Baptist Church, 1880-1920*. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

KOVEN, Seth; MICHEL, Sonya. *Mothers of a New World: Maternalist Politics and the Origins of Welfare States*. New York: Routledge, 1993.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc, 2012.

MACHADO, Carly Barboza. Fazendo política em outros congressos: tramas religiosas, práticas midiáticas e a estética da política nas periferias urbanas do Rio de Janeiro. *Debates do NER*, Porto Alegre, v. 2, n. 38, p. 19-59, 2020.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Representações e relações de gênero nos grupos pentecostais. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 2, 2005.

MACHADO, Maria das Dores Campos; BURITY, Joanildo. A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, p. 601-631, 2014.

MAFRA, Clara. *Os evangélicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MAHMOOD, Saba. *Politics of Piety: The Islamic Revival and the Feminist Subject*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

MAHMOOD, Saba. Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. *Etnográfica*, v. 10, n. 1, p. 121-158, 2006.

MARCUS, George E. Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography. *Annual Review of Anthropology*, v. 24, p. 95-117, 1995.

MEYER, Birgit. *Como as coisas importam: uma abordagem material da religião*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019.

MOCHEL, Lorena. WhatsApp como campo de batalha: reflexões ético-metodológicas a partir de uma etnografia em grupos de oração evangélicos. *GIS – Gesto, Imagem e Som – Revista de Antropologia*, v. 9, n. 1, e216670, 2024.

MOCHEL, Lorena. *A fluidez da unção: raça, gênero e erotismos evangélicos nas materialidades de um Ministério digital*. 2023. 375 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

MONTERO, Paula. Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil. *Etnográfica*, Lisboa, v. 13, p. 7-16, 2009.

MONTERO, Paula. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 167-183, 2012.

MONTERO, Paula. “Religiões públicas” ou religiões na esfera pública? *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 128-150, 2016.

PAIVA, Angela Randolpho. *Católico, protestante, cidadão: uma comparação entre Brasil e Estados Unidos*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

STRATHERN, Marilyn. Partes e todos: reconfigurando relações em um mundo pós-plural. In: STRATHERN, Marilyn. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

TARLO, Emma. *Visibly Muslim: Fashion, Politics, Faith*. Oxford: Berg, 2010.

TEIXEIRA, Jacqueline Moraes; REIS, Livia. Mulheres evangélicas para além do voto: notas sobre processos de engajamento, política e cotidiano. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 22, n. 42, 2023.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Pós-Graduação e Pesquisa (CCPG) PUC-Rio.

A autora declara não haver conflito de interesses. Os dados que fundamentam os resultados deste estudo estão disponibilizados no próprio artigo. A autora declara ter utilizado inteligência artificial como ferramenta de apoio à organização e à revisão textual. Todas as sugestões foram avaliadas criticamente, permanecendo sob sua integral responsabilidade o conteúdo, a análise e a versão final do manuscrito.

Jamille Narciso Bezerra, doutoranda em Ciências Sociais pela PUC-Rio, mestra e bacharel em Ciências Sociais pela UFRRJ. Desenvolve pesquisas sobre religião, gênero, política, mídia e formação de lideranças femininas conservadoras. É educadora popular e professora de Sociologia da SEEDUC-RJ.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.